
A COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA, NOVA ANDRADINA/MS

A VEGETABLE MARKETING IN FAMILY AGRICULTURE: AN ANALYSIS IN SETTLEMENT SANTA OLGA, NOVA ANDRADINA / MS

**Vanderlei de Freitas Santos
Luiz Henrique Wanderley Silva Guimarães
Thiago Correa da Nobrega
Fabiano Greter Moreira**

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Campus de Nova Andradina - CPNA**

Rod. MS 134, Saída para Nova Casa Verde – CEP: 79750-000 – Nova Andradina/MS.
vanderleifreitas722@gmail.com, luiz.h.guimaraes@hotmail.com,
thiago@credivale.org.br, fabiano.greter@ufms.br

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo de caso sobre a comercialização de hortaliças dos agricultores familiares da Cooperativa do Projeto de Assentamento (PA) Santa Olga Nova Andradina, estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo do trabalho é delinear ótica de alguns autores sobre cooperativas na agricultura familiar, que comercializam hortaliças para as escolas municipais, por meio, do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). O método utilizado é um estudo de caso de forma empírica, com dados primários e secundários, realizando uma entrevista semi estruturada com o administrador da cooperativa, na qual procurou identificar o processo de comercialização de hortaliças. Dentre os resultados obtidos, a cooperativa apresentou um funcionamento ativo aos pequenos produtores, no entanto, é necessária que a administração proponha aos cooperados uma visão inovadora para o fortalecimento da cooperativa.

Palavras-chave: Assentados; Cooperativa; Produção.

ABSTRAT

This article presents a case study on the marketing of vegetable family farmers of the Cooperative of Settlement Project (PA) Santa Olga Nova Andradina. - MS, Mato Grosso do Sul The objective is to outline viewpoint of some authors on cooperatives in family farmers, who sell vegetables to the local schools through, the school Feeding National Program (PNAE). The method used is a case study empirically, with primary and secondary data, being conducted a semi-structured interview with the manager of the cooperative, which sought to identify the vegetable marketing process. Among the

results, the cooperative presented an active operation for small producers; however, it is necessary for the administration to propose an innovative cooperative vision for the growth of the cooperative.

Keywords: Settlers; Cooperative; Production.

INTRODUÇÃO

Desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, temos diversas políticas públicas de desenvolvimento rural. As famílias passaram a ter acesso a essas políticas, a partir deste momento se organizaram em associações ou cooperativas. Com a lei nº 11.947/09¹, observou-se que as associações e cooperativas da agricultura familiar estão conseguindo acessar o programa em âmbito municipal e regional.

A agricultura familiar vem demonstrando ser capaz de atender aos requisitos da inovação produtiva, pois possui a sua capacidade de diversificar suas atividades agrícolas e de associar atividades agrícolas ou de outra natureza. Isso representa uma forma de assegurar a reprodução da família e do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 1994).

Cabe ressaltar que as cooperativas são consideradas hoje o meio mais atraente para que os trabalhadores do campo possam se fortalecer ainda mais, uma vez que se dividem princípios e desejam os mesmos resultados, se unir é a melhor opção.

O presente trabalho é um estudo de caso de forma empírica, realizada por uma entrevista semi-estruturada com o administrador da cooperativa, que procurou identificar o processo de comercialização de hortaliças. Foi identificado que a cooperativa tem um bom funcionamento, no entanto, é necessária que a administração proponha aos cooperados uma visão inovadora para o crescimento da cooperativa.

O COOPERATIVISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente o cooperativismo está em evidência num momento em que crescem os desafios impostos pela globalização da economia, que exige atividades empresariais dinâmicas que podem concorrer com forte competitividade, até mesmo porque existem âmbitos sociais que exigem práticas mais incluídas, capazes de atenuar os efeitos de um modelo econômico por natureza, excludente (CRÚZIO, 2005).

O autor ainda afirma que o cooperativismo está em evidência também por ter relações de trabalhos descomplicadas, e que conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em torno de 227 mil cooperados cadastrados (número correspondente a metade dos cadastrados). São constituídas de profissionais da área de serviços em geral, sendo, organizações de ajuda mútua controladas por membros que, decidem formar uma sociedade e interagir com a comunidade oferecendo serviços e produtos de qualidade, que são frutos do trabalho de seus membros.

¹Lei que refere a alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso 10 fev. 2016.

A denominação de cooperativa se faz necessário, no mínimo 20 pessoas que representem uma mesma atividade, tal como produtores rurais. Um dos princípios do cooperativismo é a educação cooperativa, que para tal, conta com órgãos públicos que apoiam o associativismo e o cooperativismo. Conta-se, igualmente, com os órgãos de representação do cooperativismo no Brasil (OCB), tal como as Organizações Estaduais de Cooperativas (OCESP). Esse é o caminho para que elas possam se constituir no âmbito de uma rede de solidariedade, comprometida com o progresso dos trabalhadores e com sua melhor inserção econômica nessa situação de desemprego e de necessidade de flexibilização de relações de trabalho (MINATEL; BONGANHA, 2015, p. 254).

Cooperativa é uma união de pessoas cujas necessidades individuais de trabalho, de comercialização ou de prestação de serviços em grupo, e respectivos interesses sociais políticos e econômicos, fundem-se nos objetivos coletivos da associação (CRUZIO, 2005).

As cooperativas têm ocupado um espaço importante nas transformações de trabalho e o crescimento das organizações, principalmente nos assentamentos rurais. O cooperativismo rural brasileiro tem procurado harmonizar as dimensões econômicas, sociais e culturais do processo de desenvolvimento do país, independentemente das condições estruturais concretas às quais ele se sobrepõe.

Atualmente, outro formato de cooperativa rural está sendo implantado na sociedade. São organizações por setor de produção, centradas na atividade, não existindo mais o processo de vinculação integral da família à cooperativa. Assim sendo, um grupo familiar pode estar vinculado a uma cooperativa X para a produção de leite, por exemplo, e a outra cooperativa Y para a produção de soja. As cooperativas, nessa modalidade, aproximam-se das associações rurais organizadas por atividades profissionais, porém possuem um regime jurídico que permite avanços na relação com o mercado, o que as torna mais atrativas. Os atores sociais apresentam diferenças em seus papéis dentro de cada formato cooperativo. Quando a totalidade das atividades profissionais da família se vincula à organização, existe um determinado padrão de ações bastante diferente daquele que se observa quando ocorre o vínculo de uma só atividade com a cooperativa. (GEHLEN; MOCELIN, 2009, p. 44).

As cooperativas têm demonstrado significativa importância para a inclusão social no Brasil. Se comparado ao total de habitantes no país, o número de associados a cooperativas representa 5,7% da população brasileira. Se somadas as famílias dos cooperados, estima-se que hoje o movimento agregue mais de 46 milhões de pessoas, ou 22,8% do total de brasileiros. No início de 2015, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulgou os números das exportações brasileiras contendo os dados das cooperativas. Conforme os dados do MDIC, o segmento exportou, em 2014, US\$ 5,2 bilhões, alcançando superávit na balança comercial no valor de US\$ 4,8 bilhões, a partir de relações comerciais junto a 143 países, de acordo com a Agenda Institucional do Cooperativismo (2016).

Sabe-se que o principal eixo para a economia rural é a agricultura, e é possível ver um avanço, e no contexto do cooperativismo que vem demonstrando uma evolução considerável é a agricultura familiar. Nesse contexto, Lorenzani (2005) afirma que a agricultura familiar é uma forma de produção, caracterizada pela predominância da

interação entre gestão e trabalho; são os membros de uma mesma família realizando o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e, eventualmente, complementada pelo trabalho assalariado. Sua importância vai além do cenário econômico produtivo, é fundamental no abastecimento alimentar brasileiro, contribuindo para geração de renda, controle da inflação e melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas.

O desempenho da Agricultura Familiar é determinado por um conjunto grande de variáveis, seja decorrente das políticas públicas e da conjuntura macroeconômica ou de especificidades locais e regionais. O mesmo autor ainda explica ainda que a elaboração de projetos agrícolas para a solicitação de crédito, a tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha da tecnologia a ser adquirida, o processo de compra de insumos e venda de produtos, o acesso aos mercados e a complexidade de funções, concomitantemente, exige capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais. (LOURENZANI, 2005, p. 26).

Em um novo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), retratando sobre a Alimentação e Agricultura, aponta que a agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. No Brasil, ela já desempenha esse papel importante. Com pelo menos cinco milhões de famílias, o segmento representa 84% de todas as propriedades rurais do País, apesar de ocupar apenas 24,3% do total da área utilizada por estabelecidos agropecuários.

Por conta de atender à demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Censo Agropecuário a partir de 2006 adotou o conceito de “agricultura familiar”, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O conceito agricultura familiar não é inédito no arcabouço legal brasileiro. Conceitos muito próximos já vinham sendo utilizados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, ou nos segurados especiais em regime de economia familiar da Previdência Social. O conceito também não é novidade na academia e foi utilizado em inúmeros trabalhos, tal como os da pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Organization of the United Nations - FAO) / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (IBGE, 2015).

A legislação também aponta uma política pública que vem contribuindo muito para o avanço da agricultura familiar:

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório (BRASIL, 2015).

Moreira (2014) salienta que no decorrer dos anos, os Assentamentos se constituíram através da conquista da terra que resultou em novas perspectivas: de produção renda, moradia e condições dignas de vida, promovendo, portanto, novas frentes que podem ser resumidas na busca por crédito, assistência técnica e infraestrutura física, econômica e social.

De fato as cooperativas de agricultura familiar é uma iniciativa que o Brasil precisa conhecer melhor. Precisamos mostrar a importância e fazer com que tantos agricultores que ascenderam sociais e economicamente sejam cidadãos que fortaleçam ainda mais essas organizações cooperativistas de agriculturas familiares.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS

A produção de hortaliças possui um papel importante para a atividade agrícola familiar, contribuindo para o seu fortalecimento e garantindo sua sustentabilidade. Trata-se de uma cultura que necessita de uma extensão de terra muito pequena, em relação a outras produções agrícolas, para que seja economicamente viável, além de exigir pouco conhecimento técnico e um baixo nível de investimento para se iniciar na atividade (FAULIN; AZEVEDO, 2003).

As hortaliças fazem parte da olericultura, um segmento dos estudos agrônômicos voltados às produções agrícolas, a qual também pode ser denominada de cultura olerácea; popularmente conhecida como verduras e legumes. A palavra olericultura é derivada do latim: “olus” (=hortaliça) e “colere” (=cultivar) e, portanto, é utilizada para designar o cultivo de certas plantas de consistência herbácea, geralmente, de ciclo curto e tratos culturais intensivos, cujas partes comestíveis são diretamente utilizadas na alimentação humana, sem exigir industrialização prévia (HIRAMA, 2013). Nos últimos anos, as mudanças no hábito de consumo têm levado a segmentação do setor de hortaliças no Brasil, alterando seu modo de produção e de comercialização. A comercialização de produtos orgânicos tem se expandido a uma taxa média de 10% ao ano no Brasil, 20% nos Estados Unidos e 25% na Europa. Nos países da comunidade europeia, a área certificada com produção orgânica cresceu, em dez anos, aproximadamente 900% (SEBRAE, 2010).

Hirama *Apud* Vilela e Luengo (2011) abordam que a cadeia produtiva de hortaliças no Brasil é constituída por segmentos dinâmicos ao longo de todo o setor produtivo. Os autores apresentam a cadeia produtiva de hortaliças da seguinte forma: no início, situam-se as empresas responsáveis pela produção e comercialização de corretivos de solo, fertilizantes e defensivos agrícolas, fitohormônios, máquinas e equipamentos agrícolas; seguidas pelo setor de transportes, setor de serviços, e setor de apoio à produção (pesquisa agrícola, serviços de extensão rural, serviços governamentais de apoio à infraestrutura de produção). Já a produção é realizada por micro, pequenas, médias e grandes propriedades, porém, com mais expressividade, advindas da agricultura familiar.

O Brasil é o 22º maior produtor mundial de hortaliças, no entanto sua participação no mercado internacional é inexpressiva em decorrência das dificuldades das próprias condições oferecidas ao produtor brasileiro e das dificuldades de logística e armazenamento. Há também pouca capacidade dos agentes de governo em coordenar uma ação conjunta entre produtores, distribuidores, instituições governamentais e não governamentais. No entanto que a produção de hortaliças, tanto comercial como para a

subsistência, possui um papel importante para a atividade agrícola familiar, contribuindo para o seu fortalecimento e garantindo sua sustentabilidade (HIRAMA, 2011).

Cabe ressaltar que a necessidade da participação popular nestas políticas rurais se justifica pelo fato de que o segmento econômico da agricultura familiar responde por 38% do valor da produção nacional, mas ocupa apenas um quarto da área, como se observa no último censo agropecuário (IBGE, 2015).

Nessa perspectiva é possível reconhecer que, o agricultor familiar não é um personagem passivo, pelo contrário, ele constrói sua própria história, estando inserido nesse campo de forças que é a agricultura e o meio rural, dentro de uma sociedade moderna. Este agricultor está inserido em uma forma específica de organização da produção, decorrente da associação entre patrimônio, trabalho e consumo, como é o caso das cooperativas.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para esta pesquisa definiu-se por realizar um estudo de caso, que de acordo com Yin (2001, p. 32 e 33) “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real”, e ainda, “[...] é um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento, incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados, estabelecendo estudos exploratórios e descritivos para fins da pesquisa”.

Essa pesquisa quanto ao seu objetivo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Pesquisa descritiva na visão de Gil (1999, p. 42) É o método de pesquisa que observa, registra, analisa, descreve e correlaciona fatos e fenômenos sem alterá-los. De forma geral procura descobrir a frequência com que um fenômeno acontece e sua relação com outros fatores. Também se pode dizer que descreve as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O processo de análise a ser adotado é qualitativo, que de acordo com Gil (1999) envolve ouvir as pessoas, o que elas têm a dizer, explorando suas idéias e preocupações sobre determinado assunto, reflete os temas em seu modo natural, com o intuito de interpretá-los em termos do significado assumido pelos indivíduos. Para isso, utiliza-se uma abordagem holística que preserva a complexidade do comportamento humano.

Operacionalmente, esse estudo será realizada na sede cooperativa de produção dos agricultores familiares do PA Santa Olga Nova Andradina - MS, através de uma entrevista, com o intuito de adquirir informações relevantes para tal. O questionário será semiestruturado, com perguntas abertas com o responsável de coordenar a cooperativa. Após, realizada a pesquisa, os dados serão descritos e apresentados com o objetivo de responder ao objetivo proposto por este artigo.

CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA OLGA

O município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul está localizado está localizado nos limites físicos das divisas dos estados de São Paulo e Paraná. Conta com um número populacional estimado de 50.893 habitantes e com uma área territorial de 4.776,002 km² (IBGE, 2015).

O Assentamento Santa Olga está localizado aproximadamente 15 km da área urbana, do Município de Nova Andradina Mato Grosso do Sul. De acordo com Camuci (2010) o Assentamento Santa Olga culminou da desapropriação da Fazenda Santa Olga que tinha como proprietário o Sr. Jose Lemes, por parte do INCRA e foi instituído em junho de 2004 num total de 170 lotes, e uma área de 1.492,5021. Sabe-se que 90% dos assentados de Santa Olga estão ligados ao Movimento Sindical, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à Pastoral da Terra - FETAGRI/ MS.

A composição familiar do Assentamento Santa Olga apontado por Moreira (2014, p. 56) destaca-se: esposa, esposo, filhos, pai, mãe, irmãos, sogra, sogro, noras, genros, netas e netos morando no mesmo lote. Dos 66,7% de casados e 14,4% de juntos, chegam a 45,5% os casais com filhos, dos quais 35,5% são meninos e 23,3% são meninas. Além disso, 32,2% dos casais não possuem filhos, que, em sua maioria, são aposentados/pensão, chegando a 59% do total e os demais são formados por separados com filhos, viúvas com netos e irmãos, sendo considerados apenas os residentes nos lotes.

O autor ainda diz que Projeto de Assentamento Santa Olga está dividido em 170 lotes, com média por lote, considerando os sítios individuais de 3,42 ha (hectare) por propriedade e área societária que deveria ser explorada de forma conjunta entre os assentados. Hoje, essa área se encontra individualizada, porém, grande parte dela está arrendada por produtores do Assentamento e fora dele em meio a divisões não adequadas, uma vez que o INCRA não realizou a distribuição correta desta área, que seria em torno de 2,78 ha por assentado.

Na Figura 1 pode-se conhecer a amplitude do Projeto de Assentamento Santa Olga, com suas divisões de lotes, áreas de preservação legal, o societário e sua dimensão territorial e de divisas.

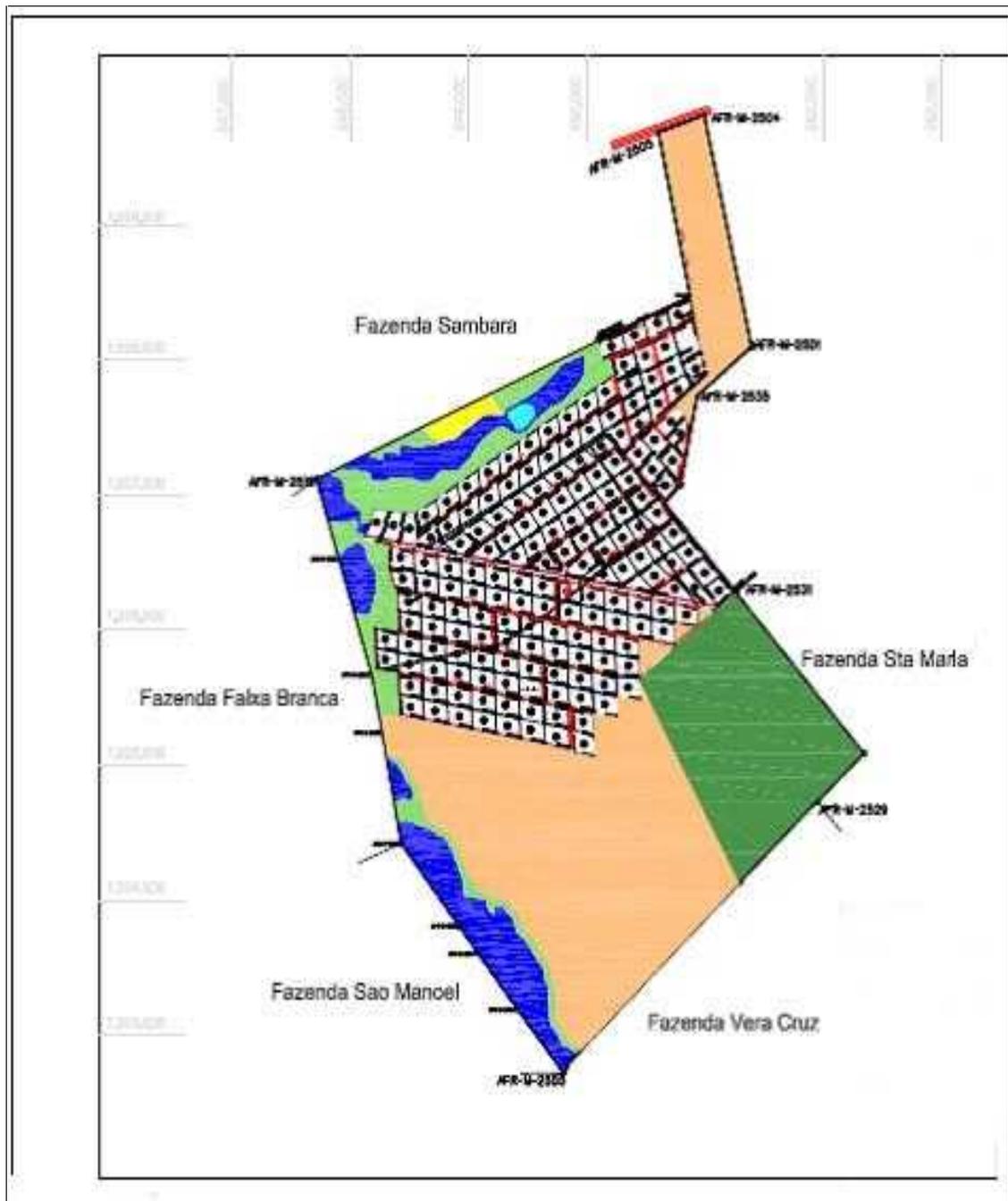


Figura 1: Mapa do Projeto de Assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS.

Fonte: Adaptado a partir de Moreira (2015).

Sabe-se que cooperativa de produção dos agricultores familiares do P.A. Santa Olga Participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que é por onde as hortaliças são comercializadas.

CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA

A cooperativa está localizada no Município de Nova Andradina – MS no Assentamento Santa Olga. O administrador e único funcionário da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do P.A. Santa Olga disse durante a entrevista que a cooperativa surgiu em 17 de novembro de 2009 e atualmente possui 56 associados.

Através da entrevista realizada foi possível perceber que a cooperativa tem um bom funcionamento, pois a mesma comercializa as hortaliças produzidas através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). O coordenador disse que a um responsável pelo programa entra em contato com ele e faz a solicitação das hortaliças e ainda comunica onde deve ser entregue. O coordenador por sua vez entra em contato com os associados informando a solicitação do programa. Os associados informam o coordenador da quantidade de suas hortaliças, e cada associado entrega no local informado pelo coordenador, que são as escolas do município.

Sabe-se ainda que, os produtores também comercializam suas hortaliças nas feiras de produtores que acontecem em determinados dias da semana no município de Nova Andradina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo foi realizado na sede da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do P.A. Santa Olga com o administrador da cooperativa, que respondeu às perguntas sobre o funcionamento da cooperativa bem como a forma que os produtores comercializam as hortaliças.

A respeito do funcionamento da cooperativa, o administrador disse ter bom funcionamento, relatando que os associados fazem a comercialização de suas hortaliças, cumprindo com as exigências que são repassadas pelas diretrizes estabelecidas pela cooperativa.

Com relação a comercialização das hortaliças, o administrador é responsável em participar do processo de licitações, realizados pelas prefeituras, por meio do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), a qual a cooperativa vem participando ativamente. Em seguida a licitação, o administrador entra em contato com os cooperados, e transmite a quantidade de hortaliças que é necessário, e, que cada cooperado forneça a sua oferta de produtos disponível. O administrador salienta que, os cooperados possuem sempre hortaliças para comercializar no PNAE, tanto que nunca houve problemas com relação a essa distribuição, e que a cooperativa participa dos processos de licitação, e uma das exigências é a responsabilidade de ter e entregar as hortaliças no prazo determinado.

Ainda sobre a possível venda de hortaliças dos cooperados em feiras na área urbana da cidade de Nova Andradina, o administrador disse saber que alguns cooperados realmente comercializam nas feiras, mas não é por intermédio da cooperativa. Afirma ainda que, uma das grandes dificuldades é da entrega das hortaliças nas escolas, pois, nem todos que fazem parte a cooperativa têm veículo apropriado, no entanto, o cooperado que tem veículo geralmente transporta para o cooperado que não tem. Mas a cooperativa tem intenção de adquirir um veículo para não haver mais essa dificuldade.

Sobre as perspectivas de melhoria para a cooperativa, é previsto capacitações para os cooperados, pois, dessa forma, é possível habilitar e incrementar a produção de hortaliças, podendo ser realizada a venda dos produtos a outros mercados consumidores.

Com isso, o produtor pode realizar a venda de seus produtos em maior escala, sem correr o risco de perdê-los, e ainda, gerando maiores rendimentos para a sua permanência no campo, e conseqüentemente, o fortalecimento da cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou intensificar os debates em torno das relações do cooperativismo e a agricultura familiar através do processo de comercialização de hortaliças da Cooperativa dos Agricultores Familiares do P.A. Santa Olga. Foi constatado que as cooperativas funcionam com indivíduos que buscam de forma solidária a obtenção de resultados econômicos que permitam a melhoria do nível de vida de cada um e de todos, tem função importante no assentamento, pois além de contribuir para o crescimento econômico do Brasil, propicia desenvolvimento não só para a classe ruralista, mas para a comunidade em geral.

A comercialização das hortaliças da cooperativa é viabilizada através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, que garante a transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar dos alunos da rede de educação pública. Assim, temos essa política que representa importante contribuição na atividade dos pequenos agricultores. É inegável contribuição e importância para a segurança alimentar da agricultura familiar.

O PNAE constitui em oportunidade para que os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos consigam diversificar e escoar a produção, se mostrando uma alternativa real de geração de renda, oportunidade de inclusão produtiva para jovens e mulheres, entre outras virtudes do programa.

O processo de aquisição de alimentos para alimentação escolar envolve um conjunto de atores sociais, gestores públicos, prefeituras, secretarias de educação, entre outros. Constatou-se que a cooperativa conhece os aspectos da cadeia produtiva e que processos sócios organizativos que envolvem um empreendimento coletivo são fundamentais para negociações no âmbito da alimentação escolar.

Em se tratando da atual diretoria administrativa, nota-se por parte desta, falta de iniciativas em proporcionar aos produtores cursos de qualificação, tanto nas áreas administrativas quanto técnica, com vistas de ampliar a comercialização. As cooperativas precisam se profissionalizar no que se refere ao processo de gestão e às relações com os seus associados e se adaptar às novas regras do mercado.

A importância deste trabalho está em ampliar as discussões no âmbito da relação entre cooperativismo e agricultura familiar, permitindo, com base no caso analisado, conhecer a forma de comercialização de hortaliças utilizadas pelos cooperados.

REFERÊNCIAS

Agenda Institucional do Cooperativismo. Sistema OCB - CNCOOP, OCB, SESCOOP, 2016. Disponível em: <
http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ocb_congresso/downloads/Agenda_2016.pdf
>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11947,16 de junho de 2009.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso: 30 out. 2015.

CRÚZIO, Helnon Oliveira. **Como organizar e administra um cooperativa.** 4º Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo F. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. **Informações Econômicas**, v. 33, n. 11, p. 24-37, 2003.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo. **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

HIRAMA, Célia Shizuko Fuziki Yamada. **O fluxo de comunicação na cadeia produtiva de hortaliças no município de Dourados-MS.** Dissertação de Mestrado. UFGD, 2013. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/face/mestrado-agronegocios/downloads/dissertacao-da-celia>. Acesso em: 10 fev. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500620&idtema=3&search=mato-grosso-do-sul|nova-andradina|censo-agropecuário-2006>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Informações completas do Município de Nova Andradina.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500620>. Acesso em : 20 jan. 2015.

LOURENZANI, Wagner Luiz. **Modelo dinâmico para gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos: UFSCar, 2005.

MINATEL, Felipe; BONGANHA, Carlos André. Agronegócios: A importância do cooperativismo e da agricultura. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 4, n. 4, Mar. 2015, p. 247-259.

MOREIRA, Fabiano Greter. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Dissertação de Mestrado. UFGD, Dourados/MS, 2014.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista Nera**, ano 18, nº 29, 2015, pp. 151-173.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Estudos de inteligência de mercados: perfil de mercado. 2010. 17p. (**Informe do SEBRAE**). Capturado em 12 fev. 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo (RS): Ediupe, 1999.

Recebido para publicação em 03 de março 2015

Aceito para publicação em 09 de julho de 2015